

ANO 24 - NÚMERO 297- DE 13 A 19/11 DE 2020

Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava





Bancários realizam manifestações contra demissões no Bradesco



Dirigentes sindicais durante manifestação contra as demissões do Bradesco, em Umuarama

Bancários de todo o país realizaram, na quinta-feira, 12/11, novas manifestações em agências e departamentos do Bradesco. O objetivo foi protestar contra as demissões no banco. No dia anterior, o protesto foi realizado pelas redes sociais. A ação fez parte da campanha organizada pela Contraf-CUT e sindicatos dos bancários, que denunciam a quebra do compromisso de não realizar demissões durante a pandemia, assumido pelo banco e pela Fenaban em mesa de negociação com o Comando Nacional dos Bancários. No entanto, os três maiores bancos do país (Bradesco, Santander e Itaú) estão demitindo muito. Ao todo, os bancos já demitiram mais de 12 mil trabalhadores este ano, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia. Só o Bradesco já demitiu este ano mais de 1.200 trabalhadores, apesar de ter lucrado mais de R\$ 12,657 bilhões nos primeiros nove meses de 2020. Leia mais em **www.pactu.org.br**

Com o PDV, carência de empregados vai aumentar na Caixa Econômica



Começou, no dia 09/11, o prazo para os empregados da Caixa aderirem ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV). As adesões podem ser feitas até 20 de novembro e os desligamentos acontecerão entre 23 de novembro e 31 de dezembro de 2020. A meta da Caixa é a adesão de mais de 7.200 empregados. A principal consequencia, certamente, será o aumento da sobrecarga de trabalho e a queda na qualidade do atendimento. O movimento sindical lamenta o fato de a Caixa estar retirando empregados sem a realização de novas contratações. Calcula-se que a Caixa tenha um déficit de 17 mil empregados. Além do PDV, a Caixa também anunciou o desligamento de quase 200 empregados que se aposentaram após a promulgação da reforma da previdência. Matéria completa em www.pactu.org.br

Banco do Brasil

Negociações sobre o teletrabalho terão continuidade

A Contraf-CUT, por meio da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), voltou a negociar com o banco algumas melhorias na proposta sobre o teletrabalho. A reunião aconteceu no dia 11/11. Pelo acordo proposto, as pessoas que estão em home office por causa da pandemia não necessariamente serão as mesmas que serão designadas para o teletrabalho póspandemia. O banco fará a seleção do pessoal de acordo com a área e sua necessidade. A ajuda de custo será oferecida somente para quem cumpre mais de 50% de sua jornada em teletrabalho. Cada funcionário nesta situação receberá R\$ 80,00/mês. A CEBB reivindicou e o banco aceitou fornecer computadores, cadeiras e equipamentos para quem está trabalhando em casa. Os representantes dos funcionários têm negociado esse novo acordo com muito cuidado e atenção, haja visto que ele também continuará valendo no período póspandemia. As negociações prosseguirão na próxima semana. Mais informações em www.pactu.org.br

COE/Itaú exige explicações sobre alterações no AGIR



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com a direção do banco, nesta sexta-feira, 13/11, para cobrar explicações sobre as mudanças nos critérios do AGIR, programa de remuneração variável dos funcionários. As mudanças ocorreram sem negociação prévia com o movimento sindical. A COE pediu esclarecimento detalhado sobre as mudanças e a garantia de que não haverá perdas para os bancários. Mais detalhes em www.pactu.org.br



Inflação e desemprego penalizam os mais pobres

O governo Jair Bolsonaro (ex-PSL) se mostra perdido e incapaz de resolver os problemas que agravam, dia após dia, o quadro econômico e social brasileiro. Enquanto Paulo Guedes, ministro da Economia, dá sucessivas provas da sua incapacidade em solucionar a crise econômica, Bolsonaro insiste em tirar o corpo fora e jogar sobre os ombros dos governadores e prefeitos a responsabilidade pelos altos índices de desemprego e a absurda alta de preços dos principais gêneros alimentícios, como o arroz, o feijão, o óleo de soja e outros.

COLAPSO - A falta de uma política econômica e a omissão do governo em relação à crise sanitária da covid-19 se refletem nos indicadores. Enquanto a inflação acumulada dos últimos 12 meses era de 4,22%, a inflação dos alimentos, em 2020, já é de 9,75%. Para o PIB (Produto Interno Bruto), economistas prevêem uma queda de -5% neste ano. Significa que o a economia retrocedeu, a produção caiu e desemprego aumentou. Hoje já são 13,1 milhões de desempregados. O governo Bolsonaro nada fez até agora, exceto criar intrigas e cortar direitos dos trabalhadores. A despreocupação do atual governo com as camadas mais pobres da sociedade é latente. O Auxílio Emergencial, que teve o



Jovens entre 18 e 29 anos, historicamente as primeiras vítimas das crises econômicas, se rendem a profissões precarizadas

valor reduzido e acaba em dezembro, foi importante, mas só foi aprovado graças à pressão das centrais sindicais e da sociedade. Na medida em que a pandemia avança, a situação piora. Estudo do Banco Mundial mostrou que 14.7 milhões de brasileiros estarão na extrema pobreza até o fim de 2020, re-colocando o Brasil no Mapa da Fome.

MAIS IMPOSTO - Analistas econômicos afirmam que para corrigir essa situação é necessário uma forte liderança

nacional, com o Estado assumindo o papel de gerenciar a crise e ajudando a população vulnerável em um momento grave como esse. Mas não se pode esperar isto de um governo como o de Jair Bolsonaro. Pelo contrário: o TCU (Tribunal de Contas da União) acaba de recomendar a volta do imposto sobre produtos da cesta-básica. A ideia deles é que, com o dinheiro arrecadado, Bolsonaro reforce o caixa do Renda Cidadã, programa eleitoreiro com a logo do governo, que deve substituir o Bolsa Família. Leia mais em www.cut.org.br

Vitória de Biden nos EUA e a postura de Bolsonaro deixam o Brasil isolado

Jornal dos bancários de

A vitória do democrata Joe Biden, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, vai determinar uma nova ordem econômica e política. É o que pensa a maioria dos cientistas

É possível que haja uma mudança substancial, com a volta da retórica da democracia, dos direitos humanos, do multilateralismo e da boa convivência internacional. É, portanto, um resultado que vai impactar todo o mundo. No Brasil, as consequências das eleições americanas vão depender da postura que o governo Jair Bolsonaro (ex-PSL) vai adotar a partir de

A questão central gira em torno da Amazônia. É claro que existem outros interesses, mas esse foi o único tema relacionado ao Brasil que ganhou espaço na agenda de Biden. E o recado foi bem claro. Durante sua campanha, o democrata afirmou que "reunirá o mundo" para pressionar o governo brasileiro a preservar a Amazônia do desmatamento acelerado, das queimadas e das invasões de terras indígenas. Tudo isto preocupa o mundo, mas é ignorado pelo



governo brasileiro. No entanto, esperar que Bolsonaro reconheça que é o momento de discutir, ter boas relações e aproveitar para negociar da melhor maneira possível, é esperar muito desse governo.

Desde o início, Bolsonaro foi submisso e bajulador do derrotado Donald Trump, principal fiador e modelo de uma leva de políticos autoritários de extrema-direita, excludentes e peritos em espalhar o ódio. Bolsonaro sequer cumprimentou Biden pela vitória e essa inabilidade do governante brasileiro pode custar caro, à economia e à população. O risco de isolamento e de sancões diretas aos produtos brasileiros é real.

Novembro Azul Cuide-se enquanto é tempo!

Uma pesquisa divulgada recentemente pela Sociedade Brasileira de Urologia, mostra que 55% dos homens acima de 40 anos deixaram de fazer alguma consulta ou tratamento médico durante a pandemia da covid-19. Esse dado é preocupante e acende o sinal de alerta neste mês, em que é celebrado o Novembro Azul, campanha nacional para lembrar dos cuidados na prevenção do câncer de próstata. Mais informações em www.cut.org.br

